

# EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: ESTUDO JUNTO A SERVIDORE(A)S PÚBLICO(A)S FEDERAIS EM PERNAMBUCO<sup>1</sup>

## PAYROLL LOANS AND FAMILY DEBT: CASE STUDY WITH FEDERAL EMPLOYEES IN PERNAMBUCO

Ana Paula Camboim Leão<sup>2</sup>  
Raquel de Aragão Uchoa Fernandes<sup>3</sup>  
Marcelo Machado Martins<sup>4</sup>

### 1. RESUMO

O artigo foi elaborado a partir da Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Fundamenta-se em pesquisa realizada junto ao(à)s servidore(a)s Técnico-Administrativos da UFRPE e buscou responder *como estratégias de endividamento financeiro impactam a vida de servidore(a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação, em suas práticas de consumo e bem-estar sócio-familiar e profissional*. Como objetivo, priorizou-se investigar como as estratégias de endividamento financeiro e contratação de créditos estão afetando a vida de servidore(a)s. Realizou-se um estudo quanti-qualitativo com a distribuição de

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi tema do trabalho final da Dissertação defendida em fevereiro/2016 no programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco / UFRPE sob a orientação e coorientação da professora Dra. Raquel de Aragão Uchoa Fernandes e professor Dr. Marcelo Machado Martins.

<sup>2</sup> Mestre do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Especialista em Gestão de Políticas Públicas (2014) e Graduada em Economia Doméstica (2012), tendo obtido todas as titulações pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE, Brasil. E-mail: anapaulacleao@gmail.com

<sup>3</sup> Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2003) e mestrado em Extensão Rural pela mesma Universidade (2007) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE, Brasil. E-mail: aragaouchoa@hotmail.com

<sup>4</sup> Bacharel em Letras, habilitado como Tradutor e Intérprete Português/Inglês, Licenciado em Letras Português/Inglês pela UNIP (1992), especialista em Língua Portuguesa pela USJT (1995), mestre (2000) e doutor (2005) em Semiótica e Linguística Geral pela USP: FFLCH, com doutorado sanduíche pela ENS: LSH de Lyon e Paris (2001-2002). Desde julho de 2015, é professor de Língua Portuguesa no Ciclo Comum da UNILA, lotado no Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, PE, Brasil. E-mail: machadomartins@yahoo.com.br

questionários entre 200 servidore(a)s, obtendo-se o retorno de 90% destes. Para o aprofundamento da pesquisa foram entrevistado(a)s 05 servidore(a)s acerca do desequilíbrio orçamentário. Os resultados apontam que despesas relacionadas ao cotidiano, aliadas às contratações recorrentes de empréstimos consignados, podem contribuir negativamente no orçamento doméstico com repercussões no bem-estar psíquico, pessoal e social.

**Palavras-chave:** Economia Familiar. Empréstimo Consignado. Endividamento.

## **2. ABSTRACT**

The paper was drawn from the thesis developed in the Postgraduate Program in Consumption, Daily Life and Social Development of the Rural Federal University of Pernambuco. It is based on research carried out with Technical Administrative federal employees from the UFRPE of and sought to answer *how financial debt strategies impact the lives of Education Technical and Administrative federal employees, in their consumption practices along with social, family and professional well-being*. As objective, it was prioritized to investigate how the financial debt strategies and credit contract are affecting the lives of the federal employees. We performed a quantitative and qualitative study through the distribution of questionnaires to 200 federal employees, receiving 90% of these back. For further research 05 federal employees were interviewed on budget imbalance. The results show that expenses related to daily life, combined with recurring payroll loan contracts, may contribute negatively on the household budget, with repercussions on the psychological, personal and social well-being.

**Keywords:** Family Economics. Financial debt. Payroll Loan.

## **3. INTRODUÇÃO**

De acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2014, publicado pelo Banco Central do Brasil em 11.12.2015, as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional mantinham-se em ritmo moderado, principalmente no grupo de

recursos livres em face do esfriamento da atividade econômica e trajetória da política monetária implantada no Brasil desde então.

Ao longo do ano de 2014, as elevadas taxas de juros foram acompanhadas pela amplificação dos *spreads*<sup>5</sup>, os prazos médios das contratações foram estendidos e o comportamento dos índices de inadimplência permaneceu favorável. De acordo com o Relatório, o comprometimento das famílias brasileiras com as dívidas bancárias permanecia “refletindo o equilíbrio dos impactos da moderação do crescimento dos saldos e da elevação das taxas de juros”. Os saldos destinados às pessoas físicas “totalizaram R\$1.412 bilhão em dezembro de 2014, 13,3% no ano, abaixo do crescimento verificado em 2013, de 16%”.

Esse cenário prossegue em 2015 e no primeiro semestre de 2016, como se constata na nota para a Imprensa emitida pelo Banco Central em 25.05.2016 sobre Política Monetária e Operação de Crédito do SFN. O saldo de operações de crédito do sistema financeiro sofre redução de 0,6% no mês e crescimento de 2,7% em 12 meses, reputando-se a desaceleração à “retração do nível de atividade econômica, à elevação das taxas de juros e ao patamar reduzido dos indicadores de confiança de empresários e consumidores”.

O crédito às famílias, de acordo com esse Documento, ainda sofreu retração de 0,4% no mês, somando R\$797 bilhões, com destaque para as contrações de 1,6% nos saldos de aquisição de veículos e de 1,4% de cartão de crédito, mais crescimento de 1,1% no crédito pessoal não consignado.

Em pesquisa realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, que investiga o nível de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) com 18 mil entrevistados em todas as capitais e no Distrito Federal, em novembro de 2015, verificou-se que o cartão de crédito liderava o *ranking* das dívidas com o percentual de 78,4%.

A referida Confederação, em estudo de mesma dimensão e objetivo, identificou em dezembro de 2015 que 62,3% dos indivíduos entrevistados com renda mensal de até dez salários mínimos estavam endividados. A FECOMERCIO do Estado de São Paulo,

---

<sup>5</sup> *Spread* bancário é a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. O Brasil é famoso por ter um dos maiores *spreads* bancários do mundo ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)).

no mesmo período, apresentou índice de 53,2% de endividamento para os entrevistados que possuem renda inferior a dez salários mínimos.

O presente artigo decorre de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social com o(a)s servidore(a)s Técnico-Administrativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, buscando-se responder ao seguinte questionamento: *como estratégias de endividamento financeiro impactam a vida de servidore(a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação, em suas práticas de consumo e bem-estar sócio-familiar e profissional?*

Como objetivo geral, buscou-se analisar, na referida pesquisa, fatores e implicações do processo de endividamento financeiro por meio do empréstimo consignado ao segmento de servidore(a)s já destacado. Os objetivos específicos foram elaborados com o intuito de analisar os fatores que motivam o endividamento deste público; analisar produtos, serviços e estratégias comunicacionais que corroboram o endividamento do(a)s servidore(a)s e familiares; mapear situações de endividamento financeiro, especificamente por meio do empréstimo consignado; por fim, analisar implicações de natureza individual e social decorrentes do endividamento financeiro deste grupo. Identificaram-se, nos resultados, os fatores que mais contribuíram para o desequilíbrio negativo do orçamento doméstico.

O empréstimo consignado apresentou-se como líder no *ranking* dos motivos que levam as famílias estudadas ao desequilíbrio financeiro. Este tipo de financiamento, utilizado por grande parte do grupo do(a)s servidore(a)s público(a)s estudado(a)s, tem sido empregado como complementação da renda mensal para pagamento de despesas ordinárias, como veremos adiante.

Com os objetivos traçados, que convergem com os da Dissertação referenciada, pretende-se contribuir com uma ferramenta de reflexão para o processo de educação financeira e planejamento familiar, mormente no que se refere ao grupo pesquisado.

Na estruturação do artigo, após esta introdução, seguem-se os objetivos, a revisão da literatura, a metodologia e a discussão dos resultados, conclusões, seguidos das referências que respaldaram o presente estudo.

#### 4. OBJETIVOS

Investigar como estratégias de endividamento financeiro, estão afetando a vida de servidore(a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação nas suas práticas de consumo e bem-estar social, familiar e profissional.

Para tanto, foram mapeadas situações de endividamento financeiro, especificamente por meio do empréstimo consignado, junto a profissionais Técnico-Administrativos no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco e, na sequência, foram analisadas as implicações de natureza individual e social decorrentes desse endividamento financeiro.

#### 5. REVISÃO DE LITERATURA

A atual sociedade capitalista tem sido considerada fruto de um processo histórico de transformação que levou a família a abandonar o processo de produção e do consumo familiar, passando a integrar o *lócus* do mercado de produção de mercadorias e da oferta de serviços. Dessa maneira, as necessidades básicas da família foram ampliadas, indo ao encontro do mercantilismo operante e criando mecanismos para alavancar e manter em pleno funcionamento as engrenagens da sociedade de consumo.

Neste sentido autores e autoras como Veblen (1988), Bauman (2008), Tolotti (2007), Souza (2008), Padilha (2006), dentre outro(a)s, consideram que o consumo individual e/ou coletivo, excessivo, irrefletido ou mesmo de bens e serviços necessários, mas não devidamente planejados, pode contribuir para o desequilíbrio familiar, psíquico e social.

O mercado cria e disponibiliza, muitas vezes estimulando necessidades, produtos e serviços que se tornam imprescindíveis ao atendimento dos interesses das famílias em seu cotidiano.

Os trabalhos de Mandel (2005) corroboram essa assertiva e avançam na temática ao explicitar que mesmo com os seus recursos financeiros limitados, os indivíduos, notadamente os dos segmentos mais pobres da população, são tentados a adquirir novos produtos e serviços satisfazendo os desejos incentivados pelo fetiche anunciados pelo *marketing* e pela publicidade.

Esclarece o autor, ainda, que a principal característica do capitalismo tardio<sup>6</sup> está fundamentada na expansão do setor de serviços. Enquanto a massa de trabalhadores assalariados se ocupa da produção ilimitada de mercadorias, essas devem ser consumidas em espaço de tempo cada vez menor para serem transformadas novamente em capital.

A crise econômica parece afetar em maior grau a população assalariada ou aquelas pessoas que já vivem abaixo da linha da pobreza que se veem compelidas a restringir ainda mais o consumo, buscando adequar o padrão de vida à nova realidade.

Os índices registrados pelo IBGE demonstram que desde o ano de 2010 a inflação já vinha alcançando a meta oficial de 4,5% ao ano, sendo ultrapassada em 2014.

Até agosto de 2015, a inflação computada nos preços dos alimentos atingiu 7,4%, quando a projeção para este segmento era de 8,0% a.a. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sinalizava em editorial próprio que a inflação para os alimentos deveria ultrapassar em dezembro de 2015 a casa dos 15% a.a..

A Carta de Conjuntura nº 30 do Ipea informou que a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) alcançou em março de 2016 o índice de 9,4% (IPEA/Inflação, 2016).

Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF, o IPCA acumulado entre 2011 e 2013, incluída a projeção de 2014, gerava uma inflação acumulada de 26,55%, o que supera o índice de 15,8% concedido ao(a)s servidore(a)s durante uma negociação com os representantes do movimento sindical para término de uma greve de quase três meses.

Este índice foi repassado em três anos. A primeira parcela paga em maio de 2013 e a última em março de 2015 (CONDSEF, 2014). Assim, é possível considerar que a inflação acima da meta estipulada pelo Governo, esteja corroendo os salários e diminuindo o poder de compra do brasileiro em geral.

O(A)s servidore(a)s público(a)s, como os demais integrantes das outras categorias profissionais, ressentem-se deste quadro. Apesar da segurança nos empregos,

---

<sup>6</sup> Mandel atribuiu o termo capitalismo tardio ao período posterior à Segunda Guerra com a “derrota da classe trabalhadora nas décadas de 1930 e 40, mas acompanhado por fenômenos de declínio e decomposição do sistema”. A expansão da produção e da circulação capitalista de mercadorias na esfera do consumo no capitalismo tardio é acompanhada de uma expansão superior à média desses dois setores (MANDEL, 1982, p. 279).

o endividamento também faz parte da realidade deste segmento. Medidas tomadas pelo Governo de Dilma Rousseff, em outubro de 2014, favoreceram ainda mais o consumo. Linhas de crédito e prazo para pagamento de empréstimos consignados foram ampliados.

Este último recurso é ofertado pelo Governo à parte da população objetivando-se o reaquecimento da economia e disponibilização de produtos com a finalidade de evitar a estagnação.

Não se desconhece, por outro lado, que existe um custo para a subsistência dos indivíduos, seja na aquisição de alimentos, ou de medicamentos, vestuário, moradia, transporte, utensílios domésticos, viagens, ou, até mesmo, despesas inesperadas, gerando, muitas vezes, incompatibilidades entre salário e orçamento doméstico.

É natural que a família busque recursos para a garantia de sua subsistência e da manutenção do seu padrão de vida, no mínimo, correspondente ao grupo social em que se encontra inserido. E uma das maneiras de enfrentar essa situação é a de financiar o orçamento doméstico por meio dos *produtos* ofertados pelas instituições financeiras como empréstimos consignados, empréstimos pessoais, margens para saque em cartões de crédito ou cheque especial para iniciar aquela tão sonhada reforma da casa; fazer a viagem de férias com a família, adquirir um novo automóvel, entre outras coisas ou situações.

Atualmente, o *consumo* e o *endividamento* têm ocupado lugar de destaque na mídia e entre os economistas, como exposto por Barbosa (2004), Carvalho (2011), Souza (2008), Tolotti (2007), entre outro(a)s autore(a)s, acadêmicos e especialistas da área que discutem a relação que se estabelece entre essas duas variáveis. Teixeira (2005, p. 77), por exemplo, entende que a obediência a um orçamento doméstico é de fundamental importância para que as pessoas não gastem além de sua receita. Deve-se estabelecer o consumo familiar sustentável, obedecendo as metas traçadas pela própria família.

A *financeirização* do orçamento doméstico ou as práticas de consumo do cotidiano tem feito refém uma série de famílias. Souza (2008, p. 29) adverte que “a pior mercadoria que você pode comprar é uma dívida”, uma vez que ela suprime uma série de planos ao ponto da pessoa até esquecer o motivo da contratação de empréstimos.

O empréstimo consignado, como será visto mais adiante, foi identificado como um dos principais fatores do desequilíbrio financeiro do grupo de servidore(a)s que admitiram ter tido a necessidade de contratá-lo.

A Portaria Normativa nº01/2010, no art. 5º, define o empréstimo consignado, como empréstimos ou financiamentos concedidos por Instituições Financeiras ou entidades que integram o Sistema Financeiro da Habitação ou, ainda, como prestações referentes a empréstimos concedidos por “cooperativas de crédito constituídas, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados”. O desconto pode incidir sobre a remuneração, subsídio ou provento, mediante autorização prévia e formal do interessado.

Essa modalidade de crédito tem crescido dentro do serviço público em face do risco reduzido de inadimplência, facilitando o oferecimento de crédito pelas entidades financeiras que podem disponibilizar dinheiro a taxas de juros mais baixas, diferentemente das modalidades com maior risco de crédito (BANCO CENTRAL, 2014).

No Ordenamento Jurídico Brasileiro, o empréstimo consignado tem a sua gênese no Decreto-Lei n.º 9.790/1946 e, posteriormente, na Lei n.º 1.046/1950. Em seguida, publicada a Lei n.º 6.445 de 1977, disciplinando sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos da Administração Federal direta e das autarquias federais.

A Lei n.º 8.112/90 dispôs no art. 45, §1º, a critério da Administração, a possibilidade de autorizar a consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, na forma definida em regulamento. As Leis 10.820/2003 e a 13.172/2015, a primeira, versando sobre a consignação em folha de pagamento e a segunda, no que toca a matéria em debate, alterando as Leis 8.112/1990 e 10.820/2003.

O Decreto nº 8.321/2014 elevou o prazo de pagamento para quitação dos empréstimos consignados para servidore(a)s público(a)s federais de cinco para até oito anos, e a Lei nº 13.172/2015 passou a autorizar o(a) servidor(a) a comprometer até 35% de seus proventos com empréstimo consignado para amortização de despesas contraídas com cartão de crédito. Evidentemente que tais medidas objetivaram aquecer a economia, que até aquele momento vinha apresentando um crescimento pífio.

É fato que a disponibilidade desta linha de crédito pode ser uma alternativa benéfica para os grupos de pessoas que têm acesso a esse recurso, possibilitando o enfrentamento das dificuldades financeiras com juros menores que os aplicados em outros tipos de financiamentos, como, por exemplo, o cartão de crédito ou cheque especial. No entanto, é preciso que as pessoas tenham clareza no momento da contratação de um empréstimo, pois, quando se utiliza este tipo de instrumento de forma recorrente e impensada, pode-se chegar a endividamentos (intermináveis).

As consignações em folha de pagamento são regulamentadas pela Portaria Normativa Nº 01, de 25 de fevereiro de 2010, que estabelece orientações para procedimentos relativos a essa modalidade de concessão de crédito para os Órgãos que processam folhas de pagamento pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.

Em um primeiro momento, a concessão do crédito consignado parece ser a solução para a realização de projetos não previstos ou para o enfrentamento das dificuldades financeiras do(a)s servidore(a)s público(a)s. Um estudo mais aprofundado, todavia, irá revelar que tais medidas demonstraram ser paliativas no enfrentamento das dificuldades financeiras dos indivíduos carentes de uma educação financeira.

A este respeito, o Banco Central do Brasil disponibiliza no *site* o *Guia de Excelência de Educação na Oferta de Serviços Financeiros*, o conceito de Educação Financeira.

Elucida-se nesse guia que as taxas de juros também são disponibilizadas pelo Banco Central – Perfil do Cidadão. Especificamente, no que diz respeito à concessão de empréstimos a(o)s servidore(a)s público(a)s federais, informação que pode ser colhida também no Portal de Serviços do Servidor / SIGEPE em → Consignações → Taxas de Juros de Consignatários. Além disso, a aba → Simular Consignação concede a possibilidade ao(à) servidor(a) de antever as parcelas e poder com isso optar pela Instituição que estiver adotando as menores taxas de juros. Este acesso às referidas taxas, de qualquer forma, torna a relação entre *consumidor X Instituições financeiras* um pouco mais equilibradas.

Entretanto, o que se tem visto, até o momento, é o estímulo ao crédito fácil com taxas de juros inferiores às negociadas em outras modalidades de financiamentos, elasticidade no prazo de pagamento e o livre acesso do(a) servidor(a) às contratações de

crédito. É simples, fácil e rápido o acesso desse público ao empréstimo consignado. O(A) servidor(a) seleciona a Consignatária e com apenas um comando na aba → *Gerar Código de Autorização de Consignação*, o indivíduo recebe automaticamente um código, com validade de 30 dias, no *e-mail* cadastrado.

De acordo com levantamentos realizados junto à Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SUGEP/UFRPE<sup>7</sup>, na folha de pagamento do mês de setembro de 2015 foi paga às Instituições financeiras credenciadas no SIGEPE uma quantia superior a R\$1.900.000,00 em mais de 5.600<sup>8</sup> consignações efetuadas por servidore(a)s Docentes e Técnico-Administrativos (ativos e aposentados) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Após uma breve análise dos dados encontrados, é possível constatar que existe um número expressivo de empréstimos em relação ao quantitativo de pessoas cadastradas na folha de pagamento da UFRPE. Tais dados podem estar relacionados com a defasagem salarial que vem ocorrendo desde o ano de 2005 em face da precariedade de políticas efetivas de reposição salarial em razão do crescente processo inflacionário desde então, sem esquecer que a população brasileira é taxada com altos índices de impostos e tarifas.

À época, a FASUBRA assinou o acordo para implantação do PCCTAE levando em consideração que o piso salarial era de aproximadamente 2,8 salários mínimos. Hoje, contudo, o piso salarial não ultrapassa 1,6 salários, de acordo com relatório do evento sobre *aspectos conceituais do piso salarial sobre PCCTAE*, realizado pela ASSUFRGS/FASUBRA no ano de 2015.

Neste panorama o mercado de empréstimo consignado tem se ampliado, atraindo um público cada vez maior para este tipo de produto. O que se constata, no entanto, é que independentemente das taxas de juros cobradas pelas referidas Instituições, elas têm assegurado uma clientela fidelizada entre o(a)s servidore(a)s público(a)s federais.

Nessa toada, passa-se a expor a metodologia aplicada no trabalho de pesquisa que inspirou a elaboração deste artigo.

---

<sup>7</sup> Dados obtidos na relação de *Consulta de Consignação Mensal* gerada em 25/09/2015, referente à folha de pagamento do mês de setembro de 2015.

<sup>8</sup> O demonstrativo foi assim constituído: 840 Técnico-Administrativos em Educação (TAE), 1.440 docentes e 471 aposentados, perfazendo um total de 2.751 pagamentos. Em contrapartida, o número de consignações (5.616) foi maior que o dobro de beneficiados na folha de pagamento. O que podemos concluir é que para cada servidor da UFRPE caberiam mais que duas consignações.

## 6. METODOLOGIA

A pesquisa priorizou a categoria do(a)s servidore(a)s TAE da Universidade Federal Rural de Pernambuco, instituição que apresenta como universo do estudo 840<sup>9</sup> servidore(a)s. Compôs-se a amostra da pesquisa com 189 pessoas, sendo 90 pessoas do sexo masculino e 97 do feminino. Só foi possível precisar o sexo de 187 pessoas, uma vez que 02 indivíduos deixaram de marcar esta resposta.

Realizou-se a distribuição de questionários entre 200 servidore(a)s, obtendo-se o retorno de 90% destes.

Desse grupo de servidore(a)s, 05 pessoas foram escolhidas aleatoriamente para submeterem-se a entrevistas com a finalidade de se identificar as causas e consequências do desequilíbrio orçamentário, destacando-se, apenas, a posição delas no contexto da comunidade acadêmica.

Adotou-se, inicialmente, o instrumento primário de coleta de dados, com 37 perguntas, elaborado com o intuito de responder ao problema norteador da pesquisa (causa do desequilíbrio financeiro) e aos seus objetivos. A identidade do(a)s participantes foi preservada, solicitando-se, no entanto, um conjunto de informações que o(a)s caracterizavam. Obteve-se o retorno de 189 questionários, dos 200 distribuídos. As respostas às perguntas formuladas foram analisadas e organizadas em tabelas e gráficos, naquele trabalho, para facilitar a apresentação dos resultados.

É importante lembrar que no questionário procurou-se identificar, dentre o(a)s participantes, o número de pessoas que estavam com o orçamento desequilibrado, idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade, cargo na UFRPE, dentre outras informações.

Com o resultado, aprofundou-se a pesquisa, com 05 (cinco) participantes, objetivando-se identificar as causas e as consequências, como já referidas. As entrevistas foram realizadas a partir de um *roteiro*, previamente elaborado, com doze perguntas que aprofundaram as indagações realizadas no questionário distribuído a todo(a)s o(a)s participantes

O(a)s servidore(a)s que participaram das entrevistas apresentaram as seguintes características: As duas primeiras pessoas entrevistadas, S1 e S2, estão na faixa etária com mais de 46 anos, com nível de escolaridade *médio completo*. A seguinte,

---

<sup>9</sup> Dados obtidos na SUGEP/UFRPE, folha de pagamento de outubro de 2015.

denominado(a) de S3, tem mais de 46 anos, com nível de escolaridade *superior completo*. O(A)s último(a)s servidore(a)s entrevistado(a)s, S4 e S5, estão cursando doutorado. S4 tem idade entre 36 e 45 anos. S5 marcou no questionário a faixa etária entre 25 e 35 anos.

## **7. RESULTADOS**

Em relação ao orçamento doméstico, esta pesquisa, por meio dos instrumentos utilizados (questionário e entrevista), voltou-se para a percepção que o(a)s Técnico-Administrativos têm sobre o seu orçamento doméstico. Ou seja, se ele(a)s o consideram equilibrado. Caso o orçamento esteja desequilibrado, se este tem relação com a falta de planejamento ou com a utilização de recursos financeiros (cartões de crédito, cheque especial, empréstimos consignados, dentre outras possibilidades de liberação de crédito).

Do(a)s 189 servidore(a)s que responderam ao questionário, um percentual de 38,10% ou 72 dele(a)s afirmaram estar desequilibrado(a)s financeiramente.

- a) Dos 115 respondentes que afirmaram encontrar-se com o orçamento equilibrado, 63 pessoas são do sexo feminino, ou seja, um percentual de 64,29% negaram estar com o orçamento desequilibrado.
- b) Das pessoas que se encontravam com orçamento desequilibrado, 39 são do sexo masculino, o que corresponde a 42,86% dos entrevistados.

Dos 39 homens que consideraram estar com orçamento desequilibrado, 32 são chefes de família e 28 assinalaram ter filhos que dependem economicamente deles. Em relação às mulheres, os números revelaram que 33 estão com seus orçamentos desequilibrados. Destas, 23 são chefes de família e 16 possuem filhos sob seus cuidados. Constata-se, dessa forma, que entre homens e mulheres, 55 pessoas são chefes de família, ou seja, um total de 73,61% do grupo de 72 pessoas.

Cabe aqui ressaltar, em razão do resultado da pesquisa contido na letra “a”, que não nos detivemos no aprofundamento sobre as razões de um percentual significativo de mulheres terem afirmado que não se encontram com os seus orçamentos familiares desequilibrados. Mas é muito pertinente destacar que um número muito menor de

mulheres entrevistadas são efetivamente “chefes de família”, como se pode verificar acima.

A soma das pessoas incluídas nas faixas etárias de 25 a 35 anos e de 36 a 45 anos atingiu o total de 27, contra um número muito superior daquelas com *mais de 46 anos*, que foi de 45 indivíduos, atingindo aquele total de 72 pessoas que admitiram o desequilíbrio.

Na sequência, procurou-se identificar os fatores que atraíram a situação de desequilíbrio no orçamento doméstico para as 72 pessoas que responderam afirmativamente a essa questão temática. Deste grupo em análise, 33 são do sexo feminino, enquanto 39 são do masculino. Os fatores de desequilíbrio, repise-se, estão relacionados com o cotidiano das famílias.

A diferença que mais chama atenção é o número de empréstimos contratados entre os sexos. Do(a)s 50 servidore(a)s que contraíram este recurso financeiro, 20 pessoas são do sexo feminino e 30 do masculino, ou seja, 60,61% mulheres, contra 76,92% homens, o que pode levar a conclusão que, deste grupo, o número maior do sexo masculino explica-se por serem *chefes de família*, como antes já se havia concluído.

Os dados coletados são diversificados e foram apresentados por ordem de prioridades avaliadas entre o(a)s respondentes, como se pode notar da tabela e explicação a seguir expostas.

Tabela 1 – Alternativas que colaboram para a situação de desequilíbrio do orçamento

Doméstico

Respostas	Total		Sexo			
	Quant.*	%	Feminino		Masculino	
			Quant.	%	Quant.	%
Pagamento de empréstimo	50	69,44	20	60,61	30	76,92
Alimentos	48	66,67	22	66,67	26	66,67
Remédios	28	38,89	12	36,36	16	41,03
Aquisição e/ou manutenção veicular	23	31,94	06	18,18	17	43,59
Imprevistos	22	30,56	11	33,33	11	28,21
Pagamento de aluguel	20	27,78	09	27,27	11	28,21
Despesas com escola de filho(a)	17	23,61	06	18,18	11	28,21
Problemas de saúde	16	22,22	05	15,15	11	28,21
Lazer	14	19,44	03	9,09	11	28,21
Construção/ reforma na residência	12	16,67	04	12,12	08	20,51
Aquisição de eletrodomésticos	09	12,50	03	9,09	06	15,38
Férias	06	8,33	03	9,09	03	7,69

\*Questão com possibilidade de mais de uma resposta.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dessa gama de fatores, os que ocupam lugar de destaque são os referentes a pagamento de empréstimo (69,44%), alimentação (66,67%), e remédio (38,89%). De um total de 72 pessoas, 50 contraíram empréstimos, 48 indivíduos afirmaram que as despesas com a alimentação provocaram acentuada desorganização no orçamento familiar e 28 servidore(a)s responderam que a aquisição de remédios contribuiu para o desajuste no orçamento. Observe-se o conteúdo desse discurso da pessoa identificada como S3, quando entrevistado(a):

[...] o problema 'tá' nos empréstimos, porque se eu não tivesse... [...] Eu estaria muito bem, por sinal. Muito bem! Apesar das despesas com netos, ajudo um filho ali, eu tenho um pai com Alzheimer, agora mesmo vai fazer dois meses que eu perdi uma irmã com câncer, gastei muito com ela, entendeu? Mas se eu não tivesse esses empréstimos, eu vivia bem melhor. (S3)

Não se pode deixar de perceber que os empréstimos vão sendo contraídos para saldar dívidas diversas, inclusive com cartões de crédito, forcejando, obviamente, com o comprometimento da renda, o estabelecimento de novas prioridades.

Deve ser destacado, no grupo estudado, que o fator *pagamento de empréstimos* pode estar relacionado com o suporte financeiro necessário à aquisição de outros itens, e isto pode ser constatado com a declaração do(a) servidor(a) identificado(a) como S4:

[...] os meninos ficaram comigo (na separação). E mesmo que não tivesse, meus filhos iam ficar comigo! Então, aí foi todo um processo de escola, de cursinho, de faculdade... Quer dizer, então, isso que me levou para essa situação, de buscar um empréstimo, de ganhar e aí acaba também que você vicia. É, às vezes, assim, 'tá' terminando um, mas eu posso fazer um, vai ficar tão baixa essa prestação... (S4)

O item alimentação também ocupa lugar de realce considerando que foi indicado em segundo lugar na ordem dos fatores que têm levado ao desequilíbrio do orçamento doméstico. Verifica-se a constatação do(a) servidor(a) identificado(a) como S2:

Sim!! Porque as coisas estão muito caras 'pra' o valor do dinheiro que eu ganho. 'Pra' poder ficar igual poderia meu salário ser mais. Porque hoje eu compro um quilo de pão... Cinco reais, amanhã eu vou comprar é dez reais... Meu salário, quantos anos faz que não tem um aumento? Não acompanha o valor das mercadorias... (S2)

Observando o quadro das despesas e o quantitativo das respostas, é possível opinar que, em ordem de prioridade, o *ranking* apresentado guarda estreito vínculo com as despesas relacionadas à manutenção da família e ao atendimento das necessidades de cada pessoa que compõe este espaço. O empréstimo consignado lidera as respostas e, de alguma maneira, está sendo utilizado como recurso injetado nas finanças da família para sua manutenção. Corroborando essa conclusão, extraímos o seguinte fragmento do discurso de S3.

Eu acho que devo ter... Uns dez empréstimos... [...] Nascimento de neto, gravidez inesperada de minha filha, ajeitar para botar em uma casa para casar, entendesse? Aluguel, móvel, essas coisas, então, como nunca tive uma reserva, aí tudo isso gera né... E a facilidade, porque quando você encontra facilidade... Esse consignado é uma facilidade, não é?... Aí é que você cai de cabeça mesmo, entendeu?(S3)

Como visto, esta pessoa contraiu empréstimos com objetivos diversos, os quais se relacionam não apenas com seu núcleo familiar, mas também com parentes. Além de custear o tratamento da enfermidade do seu genitor, o(a) servidor(a) S3 contribuiu no tratamento de neoplasia de sua irmã, ajuda a um filho e tem despesas com netos.

A família ampliada do casal pode sobrecarregar o orçamento doméstico com despesas do cotidiano, seja na ajuda com tratamento de saúde ou mesmo manutenção dessa família. Os destaques de S3 se afinam com os de S4:

E aí vêm aquelas coisas que você não 'tá' esperando: é o carro que quebra, é um falecimento de um parente, que você tem que viajar para o interior às pressas, como acontece de vez em quando comigo. Eu não sou daqui... É enfim, é tanta coisa assim, as surpresinhas que você não está esperando, os imprevistos que acontecem e aí você tem que ter (dinheiro), você tem que ter! E acaba que esses empréstimos eles acabam comprometendo sua renda de uma forma que... Você tem que acordar mesmo 'pra' dizer: não, isso não é uma coisa legal. Você tem que fazer realmente? (S4)

Seja para construção ou reforma de moradia, custeio de tratamento de saúde de familiares, cobertura das dívidas contraídas, do aperto no orçamento familiar, entre outros inúmeros motivos, em consonância com o que se observa das respostas transcritas, o fato é que o empréstimo consignado tem sido realizado em larga escala no *locus* estudado. Os Técnico-Administrativos utilizam de forma recorrente esta modalidade de financiamento, atingindo-se até mesmo o limite do orçamento doméstico como se infere das informações de S1 e S2:

A gente compra uma coisa, compra outra, é um remédio... Aí quando a gente pensa que não, a conta está lá em cima, né? Mas é coisa do dia-a-dia, não é nada grave... Eu comprei muita coisa no cartão e agora, esse mês mesmo, eu não paguei o cartão... Está lá, correndo juros... Compra eu e minha filha, nem eu tive dinheiro nem ela para pagar... Foi um valor alto, uns três mil reais... (S1)

Hoje, se eu quisesse tirar um empréstimo eu não podia mais... Porque não tenho margem... [...] Estou no limite!... Meu salário está muito, muito, muito comprometido... Com os empréstimos... São oito empréstimos... Somando deve dá uns trezentos ou quatrocentos reais... (S2)

Parece, nestes casos, que o acesso ao crédito eleva o perfil de gastos das famílias, contribuindo sobremaneira com o endividamento. É importante lembrar que as pessoas que se habituaram a contar com a concessão do crédito como se este fizesse

parte do próprio salário ou da renda precisam estar mais atentas, pois, em geral, são recursos de terceiros e sempre acrescidos de juros.

Na questão *Quanto tempo você considera necessário para ajustar o orçamento doméstico à sua situação financeira?*, obtivemos 110 respostas. Tal cenário foi surpreendente, vez que, do total de 189 pessoas que responderam ao questionário, apenas 72 marcaram *sim* na pergunta *Você considera que seu orçamento doméstico está desequilibrado?* Pode-se concluir que se o indivíduo necessita de tempo para ajustar o orçamento doméstico à sua situação financeira, eles encontram-se desequilibrados financeiramente, contrariando as respostas obtidas na pesquisa, evidentemente. E aqui é importante fazer uma ressalva: O(A) Servidor(a) pode não se considerar endividado, mas em razão do momento econômico e do arrocho salarial necessitar de um tempo para adequação do seu orçamento ao que considera mais apropriado para o equilíbrio das suas contas. Nesse sentido a resposta de S4:

O que você pagava há oito, dez anos, cinco anos, um ano atrás, período bem recente, só aumentou, e o salário da gente não acompanha esse, como é que posso dizer... Esse reajuste de mercadorias e de impostos, energia... E não 'tô' falando de uma viagem, um almoço, perfumes caros, não! Estou falando de coisas básicas e essenciais, que é pagar um apartamento, que graças a Deus esse ano não atraso, que já tenho descontado em folha... Energia, condomínio, transporte para trabalhar, farmácia, é o plano de saúde... (S4)

Nossa pesquisa demonstrou que a situação do endividamento sem planejamento acarreta efeitos maléficos na vida do indivíduo, influenciando-a de forma negativa, não somente no seu convívio pessoal, familiar, social e profissional, mas também em sua saúde física e mental.

Confira-se a percepção de S4:

Ah, eu acho que se você não tiver uma cabeça muito boa, você pode até ter uma depressão, porque é claro que você não vai ter uma depressão por nada, mas é um processo. É, eu tenho essa maturidade hoje de ver que é errado, e estou trabalhando para solucionar isso. [...] Então, estou me privando dessa válvula de escape. Às vezes você está com uma cabeça tão pesada... Você que ir ao cinema, você quer ir ao shopping, quer se distrair, até sentar, tomar um sorvete, ir em uma loja de artesanato, comprar uma besteirinha... [...] Então, se você não tiver uma cabeça boa, você vai entrar em um processo de depressão... Assim, às vezes eu sinto insônia [...] não sei se posso atribuir a isso, porque eu posso até ter essa angústia hoje de querer uma coisa que eu não vou ter, e aí depois eu começo a trabalhar, acho que aquilo passou, mas aquilo 'tá' guardado e a psicologia explica muito bem [...] Aí, com dois ou

três dias, você pode ter uma insônia, não saber por que e 'tá' muito relacionado a essa situação, com certeza... (S4)

Faz-se essencial estabelecer limites, controlar despesas e, principalmente, conscientizar-se da urgência de mudança no modo de utilizar determinadas formas de pagamento ou de contrair novos empréstimos. Às vezes, é preciso restringir gastos em determinados períodos com objetivo de quitar uma dívida, a fim de que o cidadão(ã) consiga recuperar sua autoestima e a autonomia do orçamento doméstico.

Assim, com a investigação das estratégias de endividamento financeiro que afetam a vida de servidore(a)s público(a)s Técnico-Administrativos em Educação nas suas práticas de consumo e bem-estar social, familiar e profissional pretendemos, com a criação ou com o aprimoramento de Instrumentos capazes de prevenir, orientar e ajudar esse segmento de servidores a sanear e equilibrar o orçamento doméstico, estabelecendo limites de controle de despesas e, principalmente, de tomada de conscientização da urgência de mudança no modo de utilização de determinadas formas de pagamento ou de contratação de novos empréstimos, como veremos a seguir.

## **8. CONCLUSÕES**

Os resultados da Dissertação do Mestrado apontam que as despesas relacionadas ao cotidiano, aliadas às contratações recorrentes de empréstimos consignados, podem contribuir negativamente com o desequilíbrio do orçamento doméstico, repercutindo no bem-estar psíquico, pessoal e social. Ressalte-se que os resultados relacionados abaixo se referem a(o)s servidore(a)s público(a)s federais da Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>10</sup>.

- a) Verificou-se que 72 pessoas do universo pesquisado (38,10%) se encontram com o orçamento doméstico desequilibrado, denotando-se, portanto, um percentual maior de servidore (a)s Técnico-Administrativos com orçamento equilibrado. A

---

<sup>10</sup> A pesquisa pode ser ampliada para outras categorias profissionais (de servidores públicos ou não) e quiçá para a maioria da população brasileira assalariada, cuja consignação em folha de pagamento finda por se tornar um poderoso atrativo das Instituições Financeiras pela redução do risco da contraprestação e, bem assim, de políticas econômicas governamentais para aquecer a economia.

pesquisa revelou, todavia, que mais de 1/3 das pessoas está com dificuldade de ajustar o orçamento à renda mensal.

- b) O resultado revelou que os pagamentos de empréstimos consignados é fator preponderante no desequilíbrio orçamentário do(a)s servidore(a)s público(a)s entrevistado(a)s. Na sequência e por ordem de importância atribuída, observou-se que as despesas que também oneram o orçamento doméstico são alimentos, remédios, manutenção de veículos, imprevistos e pagamento de aluguel. Outras despesas relativas ao cotidiano como despesas com escola de filho(a), problemas de saúde, lazer, construção/ reforma na residência, aquisição de eletrodomésticos, férias e compulsão por compras foram apontadas com menos frequência.
- c) A supracitada pesquisa esclareceu que, no *locus* estudado, a contratação de empréstimo consignado é prática recorrente: das 189 pessoas que responderam o questionário, 111 já contrataram empréstimos e 93 estão com contrato em vigor. Os números encontrados demonstram, por conseguinte, que mais da metade das pessoas entrevistadas já contrataram este tipo de crédito.
- d) Nesse processo resultante da constante busca por financiamentos, percebeu-se que os empréstimos são contraídos com os objetivos de suprir demandas diárias da família, investimentos, problemas de saúde, entre outros motivos considerados importantes.

Ademais, chega-se à conclusão de que a contratação desse instrumento de crédito, o empréstimo consignado, pode resolver uma dificuldade financeira momentânea. Todavia, a médio e longo prazo, será ineficaz, podendo agravar ainda mais o desequilíbrio orçamentário familiar.

Acrescente-se que o atual cenário econômico recessivo e de alta inflacionária e acirramento da crise política reflete diretamente na saúde financeira das famílias, notadamente daquelas com baixa e média renda, uma vez que se sustentam com salários que não acompanham o ritmo inflacionário, incapazes de fazer frente às despesas do cotidiano. Ressalta-se ainda a importância na elaboração de um orçamento doméstico com objetivo de traçar diretrizes nos gastos ordinários da família.

Urge a tomada de providências consistentes objetivando um esforço de todos os componentes do núcleo familiar para a retomada do equilíbrio da receita e despesas. Caso isto não ocorra, a utilização constante de empréstimos poderá acarretar, no mais das vezes, uma situação crônica de endividamento.

Por outro lado, a utilização dos empréstimos consignados planejada e objetiva parece ser benéfica, posto que a aquisição de produtos e serviços, além de investimentos realizados, pode facilitar e melhorar a vida de muitas famílias. O problema ocorre no consumo *excessivo*, de sorte que geralmente ultrapassa as possibilidades financeiras do indivíduo.

Por fim e ao cabo, relacionam-se a seguir as sugestões desta articulista visando a fornecer subsídios a(o)s servidore(a)s publico(a)s federais – muito voltadas para o caso da UFRPE – para o enfrentamento do problema do desequilíbrio orçamentário familiar, agravado com o quadro de recessão e crise político-econômica:

- Implantação de um processo de educação financeira na UFRPE por meio de palestras frequentes com profissionais da área de economia; economia doméstica; psiquiatria e psicologia, desenvolvendo pesquisas no campo do consumo, visando à orientação do(a)s servidore(a)s na administração de seus recursos. Nestas palestras, o(a)s servidore(a)s devem ser instruídos a elaborar orçamento e planejamento de suas despesas, evitando-se, assim, o endividamento. Importante ainda é a explanação nestes eventos acerca de conceitos relativos à semiótica e/ou publicidade, uma vez que habilitaria o(a)s servidore(a)s a reconhecerem as estratégias de persuasão empregadas em textos e discursos que visam à adesão do outro, como no caso da oferta de *empréstimos consignados*.
- Propõe-se a divulgação, com letras legíveis (não inferior ao tamanho 12), no rodapé do contracheque, dos juros praticados pelas instituições financeiras cadastradas no SIGEPE, bem como sobre o limite da margem consignável. Suscita-se, ainda, que as informações acerca das taxas de juros aplicadas pelas instituições financeiras consignatárias sejam mais precisas e simplificadas e divulgadas também na *home page* do sítio eletrônico da UFRPE.

- Faz-se necessário, ainda, dificultar o acesso de agentes de instituições financeiras nos setores administrativos e departamentos acadêmicos dentro da UFRPE. Destarte, caso o(a)s servidore(a)s Técnico-Administrativos desejem contratar empréstimos consignados, deverão buscar a contratação no setor de atuação dos referidos agentes – e não necessariamente dentro do seu local de trabalho.
- Criação de um *bureau de informações* ou *centro de consulta* no Departamento de Ciências Domésticas com objetivo de orientar servidoras e servidores que necessitam contratar empréstimos consignados. Dentre a gama de serviços possíveis a serem desenvolvidos por este *bureau*, destaca-se o de esclarecimento sobre as menores taxas de juros aplicadas no momento da contratação pelas instituições financeiras cadastradas no SIGEPE, além da implantação de ações voltadas para discutir os benefícios do planejamento familiar e orçamentário. Um serviço como este, provavelmente contribuiria, inclusive, com a coibição do assédio de agentes financeiros dentro do *campus* da UFRPE.

## 9. REFERÊNCIAS

Banco Central do Brasil. **Guia de excelência de educação na oferta de serviços financeiros**: Módulo 1: Serviços de Crédito. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/guia\\_de\\_excelencia\\_internet.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/guia_de_excelencia_internet.pdf). Acesso em: 07 de dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Operações de crédito**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>. Acesso em 12 de junho 2016. .

\_\_\_\_\_. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2014**. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc\\_2014.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf) . Acesso em 12 de jan. 2016.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

BRUSCHINI, Maria Cristina aranha. **MULHER, CASA E FAMÍLIA: Cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Vértice, 1990.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Número de famílias endividadas volta a subir em dezembro.** Disponível em: <http://www.cnc.org.br/noticias/economia/numero-de-familias-endividadas-volta-subir-em-dezembro>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

CONDSEF. Conferederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. **Antecipação de reajuste.** Disponível em: [http://servidorpblicofederal.blogspot.com.br/2014/03/sindicato-de-servidores-federais-vai\\_5.html](http://servidorpblicofederal.blogspot.com.br/2014/03/sindicato-de-servidores-federais-vai_5.html). Acesso em: 12 de out. 2014.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo – IPCA.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca\\_ibge.html](http://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html). Acesso em: 10 de dez. 2014.

Ipea. **Carta de Conjuntura / Inflação – Setembro 2015.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/imag/stories/PDFs/conjuntura/150922\\_cc28\\_inflacao](http://www.ipea.gov.br/portal/imag/stories/PDFs/conjuntura/150922_cc28_inflacao). Acesso em: 23 de out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Carta de Conjuntura / Inflação – Março 2016.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/inflacao/>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidore(a)s público(a)s Técnicos-Administrativos em Educação.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE, 2016.

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa; MARTINS, Marcelo Machado. “O dinheiro como mercadoria: uma análise semiótica”. **Cadernos de Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.** Tomo 1, 1º. semestre. Recife: UFRPE, 2015 (no prelo).

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia.** São Paulo: Thomsom Learning, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias.** São Paulo: Boitempo, 2006.

PINHO, J.B. **Comunicação em marketing**: Princípios da comunicação mercadológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SILVA, Neuza Maria da. **Educação do Consumidor**. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor**. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, José Dalmo Silva de. **Dinheiro e orçamento doméstico**: guia de economia popular para sobrevivência de pais e filhos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **A administração de recursos na família: Quem? Como? Por quê? Para quê?** Viçosa: Ed. UFV, 2005.

TOLOTTI, Márcia. **As Armadilhas do Consumo**: acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VEBLÉN, Thorstein. **A teoria da Classe Ociosa**: Um Estudo Econômico das Instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.